

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.281 - MG (2016/0076656-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : PAULO CESAR DE ALMEIDA
ADVOGADO : LUANA KATRINA DO SANTOS COSTA - MG107898N
INTERES. : GERALDO ANGELO DA SILVA
INTERES. : MUNICÍPIO SANTA CRUZ MINAS

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 11 DA LEI 8.429/92. DOAÇÃO DE IMÓVEL, COM BASE EM LEI MUNICIPAL, COM POSTERIOR ANULAÇÃO ADMINISTRATIVA DA DOAÇÃO. CONDENAÇÃO DOS RÉUS PELA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA TIPIFICADA NO ART. 11 DA LEI 8.429/92. ACÓRDÃO QUE, EM FACE DOS ELEMENTOS DE PROVA DOS AUTOS, CONCLUIU PELA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO E DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO E PELA PROPORCIONALIDADE DA SANÇÃO IMPOSTA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, ora agravante, ajuizou Ação Civil Pública, postulando a condenação do então Prefeito de Santa Cruz de Minas, e de terceiro, pela prática de ato de improbidade administrativa, consubstanciada na doação de imóvel público, com indevido fundamento em lei municipal, sendo a doação posteriormente anulada, pelo Prefeito que sucedeu o réu. A sentença, após afastar o "enquadramento no art. 9º e 10º, porque, diante da posterior anulação da doação, não houve prejuízo ao erário e nem enriquecimento ilícito", julgou procedente o pedido, para condenar os réus pela improbidade administrativa tipificada no art. 11 da Lei 8.429/92, impondo-lhes a condenação ao pagamento de multa civil, fixada, para o ex-Prefeito, no valor equivalente a um mês de sua remuneração, e, para o terceiro, em metade deste valor. Interpostas Apelações, foram elas improvidas, pelo Tribunal de origem.

III. No caso, o Tribunal de origem, em face das provas dos autos, concluiu que, "não houve prejuízo ao erário, não havendo que se falar em condenação ou ressarcimento, sob pena de enriquecimento ilícito por parte do Poder Público. Muito menos há que se falar em proveito próprio. Ressalte-se que em nenhuma peça dos autos se fala em dolo ou má-fé ou em superfaturamento ou em qualquer proveito de quem quer que seja. (...) é forçoso concluir que o órgão ministerial não logrou êxito em comprovar que a atitude dos agentes tenha gerado dano à administração pública, enriquecimento ilícito do agente ou lesão ao erário público".

Superior Tribunal de Justiça

IV. Nos termos em que a causa foi decidida, infirmar os fundamentos do acórdão recorrido – para reconhecer a existência de dano ao Erário e majorar as sanções impostas aos agravados – demandaria o reexame de matéria fática, o que é vedado em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

V. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora